



CIEA7 #34:

OS ENTRAVERES À CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO A GUINÉ-BISSAU.

Nelson Constantino Lopes[°]

lopes_nelson001@yahoo.fr

As forças armadas num Estado em “Interrogação”

Analisar as constantes sobressaltos político-militar na Guiné-Bissau, cujo desfecho se mantém numa incognita é o que se pretende escurtinar neste trabalho. Um País onde as forças armadas, funciona como o centro do poder, invertendo e comprometendo o funcionamento normal das instituições da República. Uma interpretação e análise também do processo democrático, sob a sombra permanente dos militares e o olhar da comunidade internacional merecerá substancialmente uma atenção especial, num momento em que a Guiné-Bissau caminha para uma indefinição preocupante. Procurará também abordar a questão étnica que caracteriza o país e especialmente as forças armadas...

Forças Armadas, Democracia, Conflito.

[°] ACSEL, Universidade Lusófona de Lisboa.

INTRODUÇÃO

Desde a abertura multipartidária e a realização das primeiras eleições multipartidárias na sua história em 1994, a Guiné-Bissau não conseguiu ver um governo e um presidente, eleitos democraticamente, cumprir uma legislatura completa, devido a sucessivos golpes de estados e conflitos armados, perpetrados pelos militares. Na tentativa de responder a este embróglio, recorreremos às análises de um conjunto de indicadores, de carácter político, económico e sociocultural, procurando desta forma estabelecer as devidas comparações com outros sistemas, realidades e experiências dos outros países do mundo.

Procuramos antes de mais, fazer uma análise interpretativa das acções das FARP's (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), enquadrando-a dentro das funções que lhes são atribuídas pela Constituição da República da Guiné-Bissau e da Lei da Defesa Nacional e a sua actuação fora destas normas.

Num Estado de direito democrático, as forças armadas obdecem o poder político democraticamente eleito pelo povo. Esta norma encontra-se estipulada na Constituição da República da Guiné-Bissau, que segundo o seu Artigo nº 20 - 1 “as FARP's, instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial da defesa de Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública”. Ainda no mesmo Artigo no nº 3 “as FARP's obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da Lei” e no número seguinte nº 4 “As FARP's são apertidárias e os seus elementos, no activo não podem exercer qualquer actividade política”¹.

A pertinência e necessidade de compreender o embróglio em que se encontra este país, justifica a nossa escolha:

- A primeira razão de fundo, prende-se com o facto de ser um país que conquistou a sua independência com mérito, através duma honrosa luta armada de 11 anos, conduzida pelo PAIGC, mas que se mergulhou logo de seguida em golpes e contra-golpes, com os mesmos homens que lutaram lado-a-lado para a conquista da independência;
- Também o facto de ser um país pequeno, com poucos anos de independência, necessitando de percorrer muitos caminhos para fazer face a determinados desafios que o processo de globalização impõe;

¹ Constituição da República da Guiné-Bissau, 1996

- Não menos importante, é o facto de ter umas FARP que surgiram num contexto de guerra e dentro dum Partido-Estado, que necessita duma profunda reorganização e enquadramento no processo democrático.

Abordamos profundamente neste trabalho, o surgimento das FARP's, a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo e o processo constitucional, de forma a permitir uma melhor compreensão da actual situação política e socio-económica em que a Guiné-Bissau se encontra.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O século XX, a partir da sua segunda metade, concretamente, proporcionou a oportunidade para que países africanos assumissem os seus destinos, obtendo as suas independências. Uns pacificamente através do diálogo, outros obrigados a recorrer à força das armas. A Guiné-Bissau, assim como a maioria dos PALOP's, enquadra-se neste segundo grupo de países, conquistando assim a sua independência através duma sangrenta luta armada de 11 anos (1963-74), sob a direcção do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), contra o colonialismo fascista português, passando a fazer parte do concerto das nações.

Apesar do ideal de liberdade e progresso defendidos aquando da luta de libertação, após a conquista da independência, o percurso que tem sido percorrido até aqui, tem-se distanciado em grande medida com os reais propósitos que nortearam esse espírito de luta.

No caso específico da Guiné-Bissau, poucos anos depois de conquistar a sua independência, viveu a sua primeira experiência de golpe de estado em 1980, denominado Movimento Reajustador, perpetrado pelos militares, encabeçado pelo então Comandante da Divisão, João Bernardo Vieira (Nino), provocando assim a primeira grande ingerência dos militares nos assuntos da governação do país, seguindo o exemplo de outros golpes que ocorreram no continente africano. Com a chegada do Nino Vieira à chefia do Estado, os conflitos internos no seio do PAIGC tomaram outros contornos, o que levou à desestabilização da governação, às constantes intentonas e inventonas de golpes de Estado, às depurações no seio do partido e do aparelho do Estado, às demissões dos seus maiores apoiantes no golpe de Estado de 1980, detenção e fuzilamentos de altas figuras do Estado, todos militares e também a crítica situação económico-financeira do país.

De salientar que em África, são poucos os países onde as instituições funcionam plenamente. A corrupção, o amiguismo e o clientelismo, encobertos por interesses obscuros de alguns países de ocidente, têm provocado uma situação catastrófica junto das suas populações carenciadas, levando-as a enfrentar condições de pobreza extrema e, a Guiné-Bissau encontra-se sem dúvida a viver nesta realidade.

A instabilidade político-militar que se vive neste país africano, enquadra-se num contexto específico próprio e de conflitos que tem também caracterizado largamente o continente africano, onde a as rupturas pela via da força têm sido o calcanhar de aquilis na evolução política, económica e sócio-cultural das sociedades africanas.

Na Guiné-Bissau, a força da arma continua a falar mais alto. Segundo Tchernó Djaló, *"a história contemporânea da Guiné-Bissau, tem sido uma sucessão de actos de violência política institucional que marcaram profundamente a memória colectiva do seu povo, influenciando dum certa forma a sua cultura política. Independentemente das causas e/ou ideias defendidas por cada movimento político, é de constatar que as grandes rupturas políticas deste país se fizeram não na base negocial e de compromisso, mas de violência política..."*²

Essa instabilidade político-militar, constitui uma ameaça considerável à paz e à segurança que o povo tanto almeja, constitui um impacto considerável a nível da sub-região africana, sem menosprezar a difícil situação que se coloca à comunidade internacional, na medida em que as suas consequências têm fortes repercussões que o Estado guineense, por si só não consegue fazer face, pois depende economicamente da boa vontade da comunidade internacional.

Neste prisma, pretende-se cuidadosamente analisar aqui, os múltiplos aspectos que teimam em criar entraves ao desenvolvimento do país, nomeadamente:

No aspecto político:

- A criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP's), num contexto de guerra, através dum movimento de guerrilha, não contribuiu para a reestruturação política que se quer, com a implementação do multipartidarismo, pois criou a possibilidade de ingerência permanente destes nas questões políticas;

- O processo de transformação das FARP's como parte dum Partido-Estado, para umas FARP's republicana;

² Djaló, Tchernó – *Lições e Legitimidade dos Conflitos Políticos na Guiné-Bissau*, in Soronda (Revista de Estudos Guineenses), Número Especial 7 de Junho, 2000

- Crise interna do PAIGC e a sua interdependência no disfuncionamento da classe castrense, constituiu-se como uma das causas da instabilidade político-militar permanente na Guiné;

- As transições políticas ocorridas no país, como consequência das violações constantes dos preceitos constitucionais, perpetrados pelas FARP's;

- As fragilidades das instituições do Estado;

Na vertente económica:

- A entrada da Guiné-Bissau na zona franca, em Maio de 1997 como alternativa do impacto negativo provocado pelo Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), imposto ao país sem a criação de condições prévias, relativamente à pressão dos Estados francófonos da sub-região e medidas macro-económicas capazes de garantir o desenvolvimento sustentado do país;

- A imperatividade de adopção de medidas económicas nacionais que permitam a valorização do Productio Interno Bruto (PIB);

Na vertente sócio-cultural:

- A multiplicidade étnica que caracteriza a sociedade guineense, baseado numa inter-relação cordial e saudável, constituiu o alicerce do esforço nacional, para fazer face ao estado de sub-desenvolvimento que o país enfrenta;

- A tomada de consciência, embora que desorganizada, da sociedade civil do seu papel fundamental no processo de desenvolvimento do país, como consequência da instauração do multipartidarismo;

- A degradação e falta de requalificação das infraestruturas de saúde e educação, privando a população de ter acesso às mais elementares condições de sobrevivência;

É este o quadro de conflitualidade que nos servirá de base para analisar o papel das FARP's e a evolução política na Guiné-Bissau.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para a realização do presente trabalho, recorreremos aos métodos de investigação utilizados em Ciências Sociais, através das análises e interpretações

explicativas³ dos dados disponíveis junto do Instituto Nacional dos Estudos e Pesquisas (INEP), da Guiné-Bissau e alguns artigos de opinião. E com os dados obtidos procuramos fazer análises comparativas em relação a outros Estados que também tiveram percursos parecidos, mas cuja realidade presente é outra.

Ao longo da investigação, os elementos com os quais tivemos contacto, permitiu-nos perceber que a instabilidade político-militar de que padece a Guiné-Bissau, que decidiu optar pela democracia em 1991, precedeu a obtenção da independência, iniciou-se sim nos primórdios da luta armada. E que a multiplicidade étnica, não tem sido o foco do conflito, na medida em que a mistura étnica, que sempre caracterizou este país tem ajudado positivamente a aquilibrar o evoluir da situação.

Também analisamos outros manuais, em parte, distante do nosso objecto de estudo, mas que nos permitiram fazer a ponte nas nossas interpretações explicativas da situação político-militar guineense, através duma abordagem crítica que contribuiu grandemente para o enriquecimento do nosso trabalho.

Como não podia deixar de ser, fomos também beber na fonte dos grandes cientistas sociais, bem como de juristas e economistas, que ao longo dos anos se debruçaram sobre as questões de instabilidade político-militar que tem como cerne da questão os militares.

UM BREVE RESUMO SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICO-MILITAR GUINEENSE

Do congresso de Cassacá à 1º Golpe de Estado

O PAIGC reunido em Fevereiro de 1964, no seu I Congresso, em Cassacá, Sul do país, cujo objectivo consistia na clarificação de posições e unificação deste movimento de libertação. Nesta perspectiva é que se criou também as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), como sendo o braço armado do PAIGC, com novas técnicas de guerrilha definidas, que permitiram alcançar importantes sucessos no campo militar.

Este surgimento das FARP's, num contexto de guerra e a sua dependência total a PAIGC, ao longo de toda a luta armada para a independência e após à

³ Segundo Julien Freund “esta interpretação consiste na apreensão do sentido literal de um texto, na crítica dos documentos, dos inquéritos, etc. Trata-se de um trabalho preparatório de toda a ciência humana que se faz paralelamente com o estudo das fontes, ele chama-a filologica. O segundo que ele designa por apreciação avaliativa ou axiológica, valoriza o objecto, faz sobre ele um julgamento de aprovação ou de reprovação. (...) Finalmente, a interpretação que ele denomina racional, cujo fim é nos fazer compreender pela causalidade ou pela compreensão, as relações significativas entre os fenómenos ou os elementos de um mesmo fenómeno. – Sociologia de Max Weber, Forence, Rio de Janeiro, 1970, p. 47

ascensão do país a este objectivo, infelizmente não conseguiu processar as mudanças e nem processar as harmonizações que a conjuntura vinha proporcionando.

Com a independência, o PAIGC passou a ser considerado o Partido-Estado, de acordo com a primeira Constituição da República da Guiné-Bissau, aprovada em 24 de Setembro de 1973, concretamente no seu Artigo nº4, “o PAIGC é a força política dirigente da sociedade e expressão suprema da vontade soberana do povo, decidindo da orientação política da política do Estado e assegurando a sua realização em estreita ligação às massas trabalhadores”⁴.

Neste contexto de partido único sob auspícios do PAIGC, que decorreu de 1974 a 1991, as FARP’s continuaram a obedecer directamente às linhas orientadoras do partido e os seus comandantes, oficiais e soldados, tinham que ser obrigatoriamente do partido. Não existia uma separação entre o poder político e militar, sendo os próprios dirigentes do Estado, Presidente da República, ministros e demais membros do governo na sua maioria militares no activo.

No dealbar desta encruzilhada político-militar, o país viveu momentos de instabilidades, com golpes e contragolpes, inventonas e fuzilamentos.

Em 1980, o PAIGC constactou que existia a necessidade de adequar a Constituição da República de 1973, aprovado numa situação completamente diferente da do 1980, decidiu levar a cabo uma revisão constitucional.

De acordo com as regras de revisão constantes nos Arts. 57º e 58º da Constituição de 1973, procedeu-se em 1980 a uma reforma global da Constituição, culminando um processo de revisão iniciado em 1976, de modo a permitir esta Carta Magna acompanhar as transformações que os dois países (Guiné e Cabo-Verde) enfrentavam.

Com a nova Constituição aprovada pela ANP em 10 de Novembro de 1980, simultaneamente, a ANP aprovou uma Lei de Transição Constitucional (LTC), nos termos da qual a nova Constituição só entraria em vigor em 1 de Janeiro de 1981, mantendo-se até essa altura a vigência da Constituição de 1973.

No entanto, nem a nova Constituição entraria em vigor na data prevista, nem a LTC, bem como as referidas normas de transição, chegaram sequer a ser publicadas no Boletim da República.

O golpe de estado de 1980

No dia 14 de Novembro de 1980, um grupo de militares do Movimento Reajustador, encabeçado pelo então Comissário Principal (1º Ministro), Comandante João Bernardo “Nino” Vieira, derrubou, através de um golpe de Estado Luís Cabral, o

⁴ Constituição da República da Guiné-Bissau de 1973

primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, irmão de Amílcar Cabral. O acontecido vem na sequência de uma crise profunda no seio do PAIGC, cujas causas datam do período da luta de libertação nacional, entre os quais:

- As longas lutas fratricidas entre a ala militar e a direcção política do PAIGC;
- As contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projecto de Estado bi-nacional imposto pelo PAIGC, sem o consentimento dos dois povos.

Segundo S. Huntington “o golpe em si é muitas vezes precedido de anos de discussão e preparação”⁵. O que equivale dizer que as divergências que sempre caracterizaram o PAIGC, indicava o prelúdio do acontecido.

Assinale-se, em todo o caso, que o conteúdo desta Constituição de 1980 seria retomado, excluindo, naturalmente as disposições referentes ao princípio da unidade Guiné-Cabo Verde que viriam a ser suprimidas.

De referir que a aprovação da nova Constituição de 1980, pode estar, até certo ponto, associada ou ter precipitado a efectivação do golpe perpetrado pelo Movimento Reajustador.

Pois, a aprovação da nova Constituição de 1980 desenvolveu-se paralelamente à elaboração e aprovação da Constituição da República de Cabo-Verde de 13 de Outubro de 1980. Ora, se bem que os dois procedimentos constituintes fossem politicamente conduzidos pelo mesmo partido, o PAIGC, que na altura, era um partido binacional, algumas diferenças de conteúdo entre as duas novas Constituições suscitariam alguma controvérsia e reacções que, eventualmente, podem ser associadas à eclosão do 14 de Novembro.

Este golpe, que permitiu assim o triunfo da direcção militar do PAIGC, essencialmente guineense, sobre a direcção política, confiada em grande parte aos mestiços intelectuais de origem cabo-verdiana, tem um significado profundo. Como observa o sociólogo Raul Mendes Fernandes, “desde os primeiros momentos do Movimento Reajustador 14 de Novembro (denominação oficial do golpe de estado) o discurso político mudou de tom, reivindicando uma cultura guineense autêntica em oposição à unidade entre os dois países. Esta reivindicação da direcção militar marcava um corte com a direcção intelectual de origem crioula predominantemente cabo-verdiana. O novo discurso nacionalista recebeu o apoio dos chefes tradicionais...”⁶

De acordo ainda com Fernandes, “a direcção militar também não estava firmemente unida, pois mantinham-se as desconfianças relativas aos balantas - que constituíam a maioria da oficialidade das Forças Armadas Revolucionárias do Povo

⁵ Huntington, Samuel – *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* [Tradução: Pinheiro de Lemos], S. Paulo, Ed. Univ. São Paulo, 1975

⁶ Fernandes, Raul: *Processo Democrático na Guiné-Bissau*, SORONDA, nº17 Jan.95

(FARP). Tal como em Cassacá, em 1964, continuavam a existir problemas com as chefias (ou a oficialidade) balantas e foram várias as conspirações, ou pretensas conspirações, descobertas”⁷.

A situação económica na Guiné-Bissau em 1980, vinha agravando. A assimetria entre uma classe dirigente com uma vida de luxo ostensivo e a população desprovida dos mais elementares bens da primeira necessidade era considerável. Uma situação condenável tendo em conta os sacrifícios feitos na luta de libertação nacional.

Segundo Zeverino, “a classe política passou a utilizar cada vez mais estratégias para dissimular a sua falta de habilidade para resolver os problemas da população, chegando ao ponto de proclamarem intocáveis todos os que participaram na luta, escondendo-se cada vez mais atrás de uma legitimidade histórica conquistada pela luta de libertação”⁸

Com a necessidade de fazer face à difícil situação económica por que passa o país e com a subida de nível de pressão interna e externa para a liberalização económica e abertura multipartidária, o governo decidiu levar a cabo medidas de liberalização económica, entre os quais a abolição de restrições ao comércio e a possibilidade de empresas privadas poderem fazer importação e exportação, outrora da competência exclusiva do governo.

Essa imperatividade das mudanças políticas, económicas e sociais, que atingiu o continente africano desde o início da década de 90 chegava assim também a Guiné-Bissau.

A abertura política

No dia 5 de Maio de 1991, com a revisão constitucional, um dos instrumentos fundamentais para se dar os primeiros passos na abertura política, caiu o Artigo 4º da Constituição de 1984, que consagrava o PAIGC como *a força política dirigente da sociedade e expressão suprema da vontade soberana do povo, decidindo da orientação política da política do Estado e assegurando a sua realização em estreita ligação às massas trabalhadores*, fruto das pressões internas e externas, marcando assim o início dum longo processo até às primeiras eleições multipartidárias na sua história em 1994.

Entretanto em Agosto de 1992, criou-se a Comissão Multipartidária da Transição (CMT) cujo objectivo consistia na concertação entre o partido no poder, o PAIGC e a oposição sobre as condições para a consolidação do processo democrático, em que um dos resultados, foi a criação da Comissão Nacional de

⁷ Idem

⁸ Zeverino, Guilherme: *O Conflito Político-militar na Guiné-Bissau (1998/99)*; IPAD – Lisboa, 2005

Eleições (CNE) em Janeiro de 1993. Estas duas medidas fundamentais do processo, permitiram a participação da oposição na edificação dos instrumentos que viabilizem a organização do pluralismo até as eleições. Um processo que pode até certo ponto ser caracterizado de inclusão necessária.

As primeiras eleições multipartidárias guineense ocorreu em julho de 1994, um ano depois das primeiras eleições caboverdiana, onde a oposição, o MPD, venceu o PAICV, o que levou em parte o PAIGC a retardar um pouco a realização das primeiras eleições para que não sejam apanhados de surpresas e ao mesmo tempo afinar as suas estratégias de desestruturação interna de alguns dos partidos de oposição.

Nestas eleições, com a realização em simultâneo das legislativas e presidenciais, foi utilizado o método de Hondt, para a contagem dos votos e atribuição dos mandatos, de acordo com a Lei Eleitoral guineense.

Concoreram para essas eleições 11 partidos políticos para as legislativas e 8 candidatos para as presidenciais. Com o apuramento dos resultados finais, o PAIGC saiu vencedor das legislativas com 37,92%, arrecadando assim 62 deputados, e os partidos da oposição no geral obtiveram 62,08%, correspondendo os restantes 38, ficando por fora 2 deputados que deveriam ser eleitos pelo círculo da diáspora, o que não aconteceu. Mas importa aqui sublinhar que esta maioria absoluta do PAIGC foi possível devido à fragmentação dos partidos da oposição. Em relação as presidenciais, nenhum dos 8 candidatos obteve os 50%+1 exigidos, onde o Presidente da República cessante João Bernardo Vieira obteve 46,20% contra 21,88 do candidato de oposição Kumba lalá, obrigando-os a uma segunda volta.

Quase um mês depois a 7 de Agosto do mesmo ano, sob dois desígnios, de *continuidade* representado por Nino Vieira e de *mudança* representado por Kumba lalá, realizou-se a segunda volta das eleições sob fortes tensões, sob olhar dos observadores internacionais, que ditou a vitória do João B. Vieira com 52% contra 48% de Kumba lalá, que hesitou primeiramente em aceitar os resultados, posição essa que veio a mudar devido à pressão da comunidade internacional

Findo o processo eleitoral, o PAIGC, parabenizou de novo os guineenses com as suas divergências internas com o processo da nomeação do Primeiro-Ministro. O Presidente Nino Vieira que acumulava as duas funções, (Presidente da República e do PAIGC), embora a Constituição da República veta este propósito, mas que o Nino Vieira teimava em acumular, pretendia ser ele a nomear um Primeiro-Ministro, que seria um dos homens da sua confiança, Eng^o Carlos Correia, mas Manuel Saturnino da Costa, Secretario Geral do Partido, mostrou-se abertamente contra esta pretensão do Presidente Nino Vieira, porque no seu entender cabia-lhe a ele formar o governo, sendo a segunda figura na hierarquia do partido. Essa situação provocou um forte

braço de ferro entre os ninistas e os apoiantes do Manuel Saturnino da Costa, cuja a saída só aconteceu depois das tomadas de posses dos deputados eleitos para Assembleia Nacional Popular (ANP) a 18 de Agosto e do Presidente da República (PR) a 29 Setembro de 1994, para só depois reunir o Conselho Nacional do PAIGC, que acabou por decidir a nomeação do Coronel Manuel Saturnino da Costa para o cargo do Primeiro-Ministro.

Ao longo da governação do Manuel Saturnino, o país conheceu serias convulsões sociais, especialmente, no sector da educação, cujo o ponto alto aconteceu com as manifestações dos estudantes em Bissau e Bafatá, provocando desacetos e obrigando a intervenção da Polícia de choque.

Nesta governação de Saturnino da Costa aconteceu o episódio com os Antigos Combatentes da Liberdade da Pátria que, cansados da marginalização em que eram submetidos, decidiram pedir uma reunião com Primeiro-Ministro, para lhe apresentarem as suas preocupações.

Entretanto em Junho de 1997, o governo de Saturnino da Costa caiu e para o seu lugar o Presidente da República nomeou o Eng. Carlos Correia para o cargo de Primeiro-Ministro.

Já no governo de Carlos Correia, em 28 de Fevereiro de 1998, os antigos combatentes enviaram uma carta à Comissão de Inquérito da Assembleia Nacional Popular para as Forças Armadas, onde alertaram que deveria ter sido "*levada a sério para o bem do País*".

Os Combatentes da Liberdade da Pátria, começam por observar que o objectivo da carta era dar a conhecer "*a situação catastrófica que se verifica nas Forças Armadas - facto que mais tarde virá a prejudicar o país em termos gerais*" e prosseguem: "*Não vale a pena citar nomes. Só que somos mais de 1.500 efectivos confirmados e temos uma capacidade de mobilizar, se necessário for, mais 600 pessoas, incluindo os nossos filhos, amigos, mutilados aproveitáveis, etc.*"⁹

Depois deste acontecimento da carta, a situação política no país agravou com a questão do tráfico de armas para o Movimento Independentista de Casamança, que luta pela independência do território contra as autoridades senegalesas. Para o efeito, foi criada uma Comissão de Inquerito parlamentar para apurar responsabilidades.

No entanto o momento político mais importante foi, o VI Congresso do PAIGC, em Maio de 1998. Esta reunião magna do PAIGC, que o país esperava ansiosamente pelo seu desfecho, apresentava de antemão duas linhas opostas, uma próxima de Nino Vieira e a outra de Manuel Saturnino da Costa. Á porta fechada, vedado à

⁹ Carta escrita pelos Combatentes da Liberdade da Pátria, enviada a Comissão de Inquérito da Assembleia Nacional Popular para as Forças Armadas, em 28 de Fevereiro de 1998

imprensa e num aquartelamento militar (Base Aérea), o congresso reuniu cerca de 451 delegados e acabou por não possibilitar o partido de sanar as suas divergências internas, muito pelo contrário os problemas agudizaram-se. Nino Vieira eleito Presidente do Partido por aclamação, violando as normas estatutárias que determinavam o voto secreto, proferiu um discurso em que afirmou que "o PAIGC e o seu Governo conseguiram realizar com sucesso a missão de assegurar a paz e a estabilidade indispensáveis ao período de transição" e que "se houve erros a lamentar, muito de positivo foi feito neste país". A menos de um mês do estalar da revolta militar, João Bernardo Vieira, referindo-se à sua eleição afirmava: "*É uma vitória do PAIGC. E mais uma vez, é a confiança que os militares e responsáveis depositaram na minha pessoa. Vou fazer todo o esforço para continuar a merecer essa confiança.*"¹⁰

O conflito político-militar de 7 de Junho de 1998

No dia 7 de Junho de 1998, os guineenses foram acordados com tiros e notícia da morte de dois dos homens próximos do Presidente Nino Vieira. Num primeiro momento, muitos guineenses pensavam que era mais uma situação de ajustes de contas e, que rapidamente a situação voltaria a estar sob o controlo do presidente.

Para fazer face ao silêncio que os acontecimentos desta madrugada obrigou ao país, o presidente, acabou por confiar a um dos seus homens próximos, Arafam Mané, Ministro da Defesa, à dirigir uma palavra aos guineenses, ao final da tarde do mesmo dia, numa tentativa de camuflar mais uma vez a gravidade que a situação apresentava. Esta declaração, acabou por dividir ainda mais os guineenses e mostrar claramente a falta de vontade e disponibilidade em resolver a situação pacificamente, que acompanhava os delfins do Presidente. Porque se não, vejamos, como foi possível apelidar um grupo de militares revoltosos, com arma na mão de bandidos, delinquentes e marginais, quando na verdade o governo não tinha dados ou informações concretos em relação ao referido grupo e muito menos os seus reais propósitos?

Este conflito desencadeado numa primeira fase pelos militares, rapidamente transformou-se em político-militar, quando um número considerável de políticos e académicos revoltados com o rumo que o país seguia, se juntaram a estes militares. Foram essas pessoas que transformaram, aquilo que era um "simples" ajustes de contas, em conflito, opondo de um lado o presidente Nino Vieira e uma ala das Forças Armadas da auto-proclamada Junta Militar, comandado pelo Ex-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mané.

¹⁰ Discurso de João Bernardo "Nino" Vieira, no encerramento do VI Congresso do PAIGC, Maio de 1998

Com a chegada dos militares senegaleses e guineenses de Conakry, a pedido do presidente Nino Vieira, as operações militares ganharam outros contornos, envolvendo armas pesadas, parализando completamente o capital, Bissau e o funcionamento das instituições estatais, privadas e a fuga dos cidadãos para o interior do país.

Ao longo dos onze meses que durou este conflito político-militar, em que o aparelho estatal deixou de funcionar, países amigos e parceiros de cooperação da Guiné-Bissau, tentaram multiplicar-se em contactos com as partes beligerantes, a fim de alcançarem um acordo.

Segundo Álvaro Nobrega, *“Portugal, ao contrario do que tem sido habitual na sua política externa em relação aos países africanos de língua oficial portuguesa, fez deslocar para a região um importante dispositivo naval que se manteve em águas guineenses, evacuando os residentes estrangeiros, algumas populações civis e controlando a acção dos meios navais franceses no apoio logístico e militar às tropas senegaleses. Tentou, por outro lado, motivar os parceiros da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) para uma mediação lusófona satisfatória para ambas as partes guineenses envolvidas no conflito”*¹¹.

Os países africanos, também, através da CEDEAO, conseguiram juntar as duas partes para mais uma ronda negocial, onde importantes acordos foram alcançados. O acordo assinado em Abuja, capital política da Nigéria, contemplava cinco pontos polémicos, quais sejam:

1. reafirmação do acordo de cessar-fogo assinado em 26 de Agosto de 1998 na cidade de Praia (República de Cabo Verde);
2. retirada total dos militares estrangeiros, simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG (braço armado da Comunidade Económica para Desenvolvimento da África Ocidental - CEDEAO) que as substituirá;
3. a força de interposição garantirá a segurança na fronteira com o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações humanitárias livres acesso às populações civis. Ao mesmo tempo, o Aeroporto de Bissalanca, que esta sob o domínio da Junta Militar, será abertos;
4. formação de um Governo de Unidade Nacional (GUN) que, segundo o acordo, deverá incluir, além dos representantes do presidente Nino e da Junta Militar, os representantes das outras formações políticas;

¹¹ Nobrega, Alvaro: *Desejo de “Cambança”: o processo eleitoral de 1999, Soronda: (Revista de Estudos Guineenses) Nova Série Nº 17 Julho de 2003*

5. preparação e convocação das eleições legislativas e presidenciais para 1999, sob a supervisão da comunidade internacional.

No entanto, o Acordo de Abuja, não foi totalmente respeitado. Com a criação do Governo da Unidade Nacional, a saída dos militares senegaleses e guineenses de Conakry e a instalação das forças de paz da CEDEAO, os militares da Junta Militar, decidiram violar o acordo, atacando as posições do presidente, levando este a refugiar-se numa primeira fase na casa do Bispo de Bissau, donde saiu para as Embaixada portuguesa em Bissau, antes do seu asilo forçado a Portugal.

Após a saída de Nino Vieira do País, procurou-se fazer passar a mensagem de que a Junta Militar estava interessada em respeitar e cumprir a Constituição da República, indigitando o então Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá para o Presidente da República Interino. Mas o então comandante da Junta Militar, o Brigadeiro Ansumane Mané, mantinha intacto o seu estatuto de Co-presidente (importa aqui mencionar que é uma figura que não existe na Constituição da República da Guiné-Bissau), representando de facto, ao longo de todo o processo de transição, a autoridade suprema do país.

Perante a situação vigente, *“tornava-se urgente aos olhos da comunidade internacional a rápida reposição da legalidade democrática, levando-a a conceder, porventura, um tempo demasiado escasso para a preparação das eleições, sem as quais, no entanto, nenhum financiamento importante seria concedido à Guiné-Bissau¹²”*.

A DEMOCRACIA, OS POLÍTICOS E OS MILITARES

Uma das principais preocupações da Sociologia Política é a análise das condições sociais favoráveis à democracia. Por surpreendente que pareça, uma democracia estável requer a manifestação de conflito ou clivagem, de modo que haja luta pelas posições dominantes, desafios aos partidos no poder e mudança de partidos no Governo¹³

A democracia imposta a África, não tem conseguido encaixar coerentemente nas acções dos governantes, que mostram claramente as suas dificuldades em lidar com este sistema político. Segundo Paul Ginsborg, *“as dificuldades com que se depara a moderna democracia, não são contingentes nem mecânicas, nem questão de mera engenharia institucional. Têm a natureza mais profunda...”¹⁴* Esta dificuldade

¹² Idem;

¹³ Lipset, Seymour Martin – *O Homem Político* – [Tradução: Alvaro Cabral], Zahar Editores, Rio de Janeiro

¹⁴ Ginsborg, Paul – *A Democracia que não Há* - [Tradução: José Colaço Barreiros], Edit: Teorema, Agosto 2008

tem muito a ver, em parte, com a forma como o poder tem sido conquistado neste continente e a sua utilização.

Muitos cientistas políticos e outros intelectuais, têm defendido que as étnias constituem um obstáculo feroz, no sentido de implementar um regime democrático. Obviamente, os problemas asiáticos e africanos encontram-se no centro desta questão.¹⁵ Uma situação fortemente explorada na Guiné-Bissau no processo democrático que importa tomar em consideração, devido o mosaico cultural que caracteriza este país, embora em nenhum momento da história do país se assistiu a uma luta entre etnias. A multiplicidade étnica guineense tem sido o travão para aquilo que podemos dizer o princípio do fim da soberania nacional, pois a realidade guineense é específica.

A Guiné-Bissau é um Estado de direito soberano, com uma democracia representativa, de acordo com a Constituição da República, onde o poder se encontra nas mãos do povo ficticiamente. Embora para Platão o povo não desempenha qualquer papel e quem detem todo o poder são as pessoas chamados a dirigir.

Na democracia representativa, a participação deve ser tão ampla quanto o permita o grau geral de progresso da comunidade e, em última análise, nada pode ser mais desejável do que a admissão de todos a uma parte do poder político do estado. Mas, uma vez que nem todos, numa comunidade que exceda uma pequena cidade, podem participar pessoalmente em mais do que algumas partes menores dos assuntos públicos, segue-se o tipo ideal de governo perfeito é forçosamente representativo.

(Mill, O Governo Representativo, 217-218; cit: WOLFF, Jonathan - *Introdução à Filosofia Política* – Gradiva)

Ainda no caso específico da Guiné-Bissau, cujo processo democrático se encontra numa fase conturbada, devido à instabilidade político-militar cíclica, com uma classe política pobre politicamente, que procuram constantemente encostar-se aos militares descontentes com a grave situação que se vive nos quartéis e não só, sensibilizando-os para derrubar os governos democraticamente eleitos, através de golpes de Estado, com a alegação da desgovernação política conduzida por estes e que tem levado o país a uma pobreza extrema, fenómeno este transversal a toda a sociedade, violando assim as normas de funcionamento do sistema democrático.

Os políticos guineenses estão despidos de ética política que devia caracterizar as suas acções. Para Weber, *“a política e os políticos que alimentam ou que se*

¹⁵ *É mais provável que as instituições políticas se desenvolvem e mantenham num país culturalmente bastante homogénio do que num país com subculturas diferenciadas e em conflito”* (Dalh, 2000, p.172)

alimentam de esperanças vãs ou ilimitadas só poderão conduzir à catástrofe” e ainda segundo Weber “para a manutenção de qualquer dominação recorrendo à força são necessários certos bens exteriores, tal qual como um empreendimento económico”¹⁶. Esta reflexão encaixa eficazmente na realidade da Guiné-Bissau, que depende política e economicamente do exterior para a realização das suas eleições e demais projectos no quadro da consolidação democrática.

Os poder político, não tem conseguido ao longo de todos estes anos dissociar-se da classe castrense, que constantemente tem se imescuído nos assuntos da governação, influenciando de que maneira as acções políticas. Esta influência dos militares, “convida” em parte também os políticos frustrados a aproveitarem-se da desorganização e desconfiança que existe dentro da própria estrutura militar para levar acabo sublevações armadas.

Segundo, S. Huntington, *“as explicações de ordem militar simplesmente não explicam as intervenções militares. O facto é que as intervenções militares são apenas uma manifestação específica de um fenómeno mais amplo nas sociedades subdesenvolvidas: a politização geral das forças e instituições sociais. Nessas sociedades, a política carece de autonomia, complexidade, coerência e adaptabilidade. Todos os tipos de forças e grupos sociais se empenham directamente na política geral”*. Ainda na mesma diapasão, ele sustenta *“os países que possuem um exército político, possuem também um clero político, univerisdades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas. A sociedade como um todo está fora do compasso, não apenas as forças militares”¹⁷*

A realidade guineense enquadra-se efectivamente dentro deste quadro, com as suas particularidades, associada à instabilidade político militar que teima em desestabilizar o processo de consolidação democrática.

A AFIRMAÇÃO DA ELITE MILITAR COMO CONSEQUÊNCIA DA DESGOVERNAÇÃO POLÍTICA

C. Wright Mills, na sua abordagem sobre as elites do poder, considera que: *“A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências”* e salienta que *“ se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o facto de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um acto de maiores consequências do que as decisões que*

¹⁶ Weber, Max – *A política como Profissão* [Tradução: Paulo Osório Castro], Edições Universitárias Lusófonas

¹⁷ Huntington, Samuel – *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* [Tradução: Pinheiro de Lemos], S. Paulo, Ed. Univ. São Paulo, 1975

tomam...”¹⁸

Na Guiné-Bissau, a elite do poder de facto, passou a ser os militares tendo em conta a caótica governação dos sucessivos governos que dirigiram o país desde o monopartidarismo até ao multipartidarismo. As instabilidades cíclicas, que colocam os militares no primeiro plano, acabam por fortificar o poder militar na senda política guineense, representando assim um poder quase legitimado. Embora, as alianças de circunstâncias, entre as chefias militares são momentâneas, permitindo o aparecimento de novas figuras, sem no entanto desviar-se da linha e “interesse” em influenciar a governação do país.

A ausência de estratégias políticas que possam permitir o desenvolvimento do país e permitir a população possuir o mínimo essencial para a sua sobrevivência, acabou por dar, como que normal e aceitável qualquer levantamento militar, interferindo na governação.

Os comandantes militares é que ditam ordem na guiné, controlando politicamente a classe militar. Segundo Mills, *“imediatamente abaixo da elite estão os políticos profissionais dos níveis médios do poder, e nos grupos de pressão, bem como entre as novas e as antigas classes superiores da cidade”*¹⁹ Uma sequência que a realidade guineense dissocia largamente, pois os grupos de pressão, não só estão desorganizados, mas sim perdidos.

CONCLUSÃO

A instabilidade político-militar que se assiste na Guiné-Bissau, não começou com a abertura multipartidaria adoptado em 1991, mas sim é a consequência de conflitos acumulados ao longo dos anos da luta armada de libertação nacional dentro do movimento da libertação, o PAIGC, que nunca foi resolvido cabalmente, deixando sequelas consideráveis no meio dos homens que um dia lutaram lado-a-lado, para um objectivo comum, do trinómio Unidade, Luta e Progresso.

É de se salientar que os golpes e contra-golpes, fazem parte dos vários factores determinantes que contribuíram para o fracasso de construção da democracia na Guiné-Bissau. O que pode ser associado a uma elevada e forte envolvimento da elite militar na política nacional, como detentores, de facto, do poder e também, não menos relevante, o comportamento da classe política aliada à fragilidade das

¹⁸ Mills, C. Wright – *A Elite do Poder [Tradução: Waltensir Dutra]*, Zahar Editores, Rio de Janeiro

¹⁹ Idem

instituições. É verdade que não se pode exigir muito e a curto prazo das instituições, num país em que a democracia não é parte dos valores tradicionais da sociedade, como acontece aliás na maioria dos países africanos aspirantes a democracia, mas é necessário que haja vontade no seio da sociedade guineense, concretamente junto à classe política, em particular, para a fortificação das suas instituições, de modo a construir uma democracia assente em princípios aceites por todos e dentro das especificidades do país.

Por outro lado, é imperativo o respeito pelas normas constitucionais da Guiné-Bissau de forma a permitir a construção de um verdadeiro Estado de Direito, onde os militares obedecerão o poder civil democraticamente eleito e abster-se-ão de interferir continuamente na governação, missão essa da competência civil.

Assiste-se na Guiné-Bissau de forma repetida e sistemática, a levantamentos militares com o objectivo de repor alguma ordem social ou justiça, que no entanto acabam em fracassos, devido à falta dum projecto político e de legitimação, instrumentos fundamentais para uma governação consistente.

É imprescindível que os militares guineenses percebam que poderão ser mais úteis e contribuirão melhor para a estabilidade do país cumprindo com as suas funções, deixando a política para os políticos, porque em democracia são os políticos que devem fazer política e governar o país. Um dos principais obstáculos que a Guiné-bissau enfrenta para o processo de consolidação democrática, é a renitência dos militares em se subordinarem ao poder político. E esta recusa de insubordinação, tem tomado contornos muita das vezes incontroláveis, na medida em que no seio dos próprios militares há elites que lutam pelo poder.

Outro elemento a destacar tem a ver com a assimetria salarial existente entre as chefias militares e os de patentes mais baixas. A enorme discrepância, aliada a baixos salários, atrasos no pagamento de ordenados, a escassez contínua de abastecimento alimentar nos quartéis, que propiciam a desvalorização do juramento de fidelidade militar também contribuem de que maneira em criar situações de descontentamentos nos quartéis, o que poderá provocar a vulnerabilidade na classe castrense.

Mas a necessidade de encontrar um ponto de consenso entre os diferentes actores da sociedade relativamente a grandes questões que teimam em bloquear o entendimento entre os guineenses, deve sobrepor-se a todas dificuldades da classe castrense e ambições políticas pessoas de alguns, para que se possa efectivamente, implementar as grandes reformas necessárias para o funcionamento cabal das instituições das república.

Urge uma aposta seria no trabalho, na luta contra os grandes males que realmente afectam a população, e o respeito pela constituição da república, onde os militares constituirão partes da solução dos problemas.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia de Consulta

- Huntington, Samuel P. – *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* – Editora da Universidade de São Paulo, 1975
- Dahl, Robert A. – *Democracia*, Lisboa: Temas e Debates, 2000
- Lipset, Seymour Martin - *Consenso e Conflitos* [Tradução Portuguesa] Lisboa: Gradiva 1ª Ed, 1992
- Nobrega, Alvaro – *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCSP, 2003
- Zevevino, Guilherme – *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998 -99)*, IPAD: Centro de Documentação e Informação, Lisboa 2005
- Novais, Jorge Reis – *Tópicos de Ciência Política e Direito Constitucional Guineense*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1996
- Fernandes, Raul Mendes - *Processo Democrático na Guiné-Bissau, Soronda (Revista de Estudos Guineenses) Nº 17 Janeiro de 1994*
- Silva, F. Delfim – *Guiné-Bissau: Páginas de História política, rumos da democracia*, Firquidja Editora, 2003
- Weber, Max – *A Política como Profissão*, [Tradução: Paulo Osório de Castro], Edições Universitárias Lusófonas
- Ginsborg, Paul – *A Democracia que não Há* – Teorema – Serie Especial, 2008
- Mills, C. Wright - *A Elite do Poder*, [Tradução: Waltensir Dutra], Zahar Editores, Rio de Janeiro
- Wolff, Jonathan - *Introdução à Filosofia Política – Gradiva, 2004*
- Nobrega, Alvaro: *Desejo de “Cambança”: o processo eleitoral de 1999, Soronda: (Revista de Estudos Guineenses) Nova Série Nº 17 Julho de 2003*

Bibliografia de leitura

- Silva, António Duarte - *Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa, Estudo da História, Direito e Política*, Porto: Afrontamento, 1997
- Santos, Onofre dos – *Um Sorriso para a Democracia na Guiné-Bissau*, Missão de Observação Eleitoral das Nações Unidas: CNE, 1996
- Rodrigues, Luis Barbosa – *A Transição Constitucional Guineense*, Lisboa: Associação Académica de Faculdade de Direito de Lisboa, 1999
- Monteiro, Ramiro Ladeiro – *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa: ISCSP, 2ª Ed, 2001
- Moore, Barrington – *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno* [Tradução Portuguesa] Lisboa: Cosmos, 1975
- Miranda, Jorge - *A Situação Constitucional da República da Guiné-Bissau face ao Acordo de Abuja* – Parecer, Lisboa 1999
- Bobio, Norberto, Matteuci, Nicola, Pasquino, Gianfranco – *Dicionário de Política*, Vol.1. Brasília: Edit. Universidade de Brasília, 12ª Ed, 2004
- Koudawo, Fafali – *Governança, Guerra e Paz: o caso da Guiné-Bissau e o exemplo de Cabo Verde* In – *Direito e Cidadania* (Nº 12 – 13), Praia, 2001
- Cardoso, Carlos – *A Transição Democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil, Soronda (Revista de Estudos Guineenses) Nº 17 Janeiro de 1994*
- Rocha, Hugo – *Guiné-Bissau: A “Democracia” intolerante*, Lisboa: Instituto Humanismo e Desenvolvimento, 1992